Instituto Nacional de Administração, I. P.

Despacho n.º 832/2009

Por Deliberação do Conselho Directivo de 14 de Novembro de 2008:

Concedida licença sem vencimento, a partir de 31 de Dezembro de 2008, nos termos dos artigos 78.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março na redacção dada pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto, a Eduardo Jorge Kuei Lam Chan, técnico profissional especialista do mapa de pessoal do INA, I. P., deliberação a que não se opôs SS. Ex.ª o Secretário de Estado da Administração Pública.

10 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Correia de Campos*.

Despacho n.º 833/2009

Por força da deliberação 10/CD/2008, de 22 de Dezembro de 2008, Rosa Maria de Oliveira Pereira Baptista Mais, técnica superior principal, da carreira de técnico superior jurista do mapa do quadro de pessoal da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural foi nomeada, por transferência, com igual categoria e escalão, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro para o mapa de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., com efeitos a partir da mesma data.

A transferência foi precedida de procedimento de selecção para reinício de funções de pessoal em situação de mobilidade especial, publicitado no sigame em 25-11-2008, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º e artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

22 de Dezembro de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Correia de Campos*.

Despacho n.º 834/2009

Por força da deliberação 11/CD/2008, de 29 de Dezembro de 2008, Fernando Vaz de Medeiros, técnico superior principal, da carreira de técnico superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Emprego e Administração Pública nomeado, por transferência, com igual categoria e escalão, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro para o mapa de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I.P., com efeitos a partir da mesma data.

A transferência foi precedida de procedimento de selecção para reinício de funções de pessoal em situação de mobilidade especial, publicitado no sigame em 24-11-2008, com o número de oferta P20087460, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º e artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Rui Afonso Lucas*.

Despacho n.º 835/2009

Por força da deliberação 12/CD/2008, de 29 de Dezembro de 2008, Júlio Gabriel Casanova Nabais, técnico superior principal, da carreira de técnico superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral de Emprego e Administração Pública nomeado, por transferência, com igual categoria e escalão, nos termos da alínea *a*) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro para o mapa de pessoal do Instituto Nacional de Administração, I. P., com efeitos a partir da mesma data.

A transferência foi precedida de procedimento de selecção para reinício de funções de pessoal em situação de mobilidade especial, publicitado no sigame em 24-11-2008, com o número de oferta P20087459, nos termos do n.º 1 do artigo 41.º e artigo 34.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro.

29 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Rui Afonso Lucas*.

Despacho n.º 836/2009

Por Deliberação do Conselho Directivo de 30 de Dezembro de 2008:

Margarida Maria Lucas Quintela Martins, técnica superior de 2ª classe, do Mapa de pessoal do INA, I.P., provida, na sequência de concurso interno de acesso limitado, na categoria de técnica superior de 1ª classe, 1.º escalão, do mesmo Mapa com efeitos a partir da data da presente deliberação, considerando-se a mesma exonerada, a partir dessa data, do lugar que vinha ocupando.

30 de Dezembro de 2008. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Rui Afonso Lucas*.

Serviços Sociais da Administração Pública

Despacho n.º 837/2009

Por meu despacho de 30 do corrente, Helena Fernandes do Val Lourenço, Técnica Profissional de 1.ª Classe, do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Administração Pública, nomeada, precedendo concurso, Técnica Profissional Principal, do mesmo mapa, após confirmação de cabimento orçamental, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2002, ficando posicionados no Escalão 2, Índice 249.

30 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Humberto Jorge Alves Meirinhos*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA SAÚDE**Despacho n.º 838/2009**

Nos termos e ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 3 do artigo 20.º do Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, aplicável por força do artigo 13.º dos Estatutos aprovados pelo Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, autoriza-se a enfermeira-directora do conselho de administração da Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E. P. E., mestre Maria Margarida Leitão Filipe a exercer docência na Universidade Católica Portuguesa, observando os limites temporais estabelecidos no despacho conjunto n.º 41/ME/90 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 73, de 28 de Março de 1990, e na alínea *f*) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

22 de Dezembro de 2008. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — A Ministra da Saúde, *Ana Maria Teodoro Jorge*.

Portaria n.º 42/2009

O Ministério da Saúde encontra-se empenhado em atingir níveis óptimos de eficiência na utilização dos recursos disponíveis para a realização das suas atribuições.

Neste contexto, é urgente e importante o fraccionamento do plasma fresco congelado português, o qual permitirá ao País a obtenção de ganhos fundamentais na independência nacional de hemoderivados, dado que Portugal importa 100 % das suas necessidades.

Por outro lado, a escassez da matéria-prima a nível mundial faz com que os hemoderivados tenham tendência para serem insuficientes e aumentarem de preço.

Para o fraccionamento do plasma humano português, será necessário um trabalho prévio de certificação e autorização dos centros de colheita. A obtenção dos certificados do plasma português e do produto acabado será da responsabilidade do fraccionador que também terá de realizar alguns investimentos, para que a produção de derivados do plasma português seja efectuada com equipamento dedicado.

Este trabalho prévio ao fraccionamento pode demorar 6 a 12 meses e não é compatível com um contrato de um ano com o prestador de serviços.

Neste contexto, vai-se proceder à abertura de concurso público para aquisição de serviços de fraccionamento de plasma humano congelado, para os próximos três anos, tornando-se exigível, para esse efeito, e atentos os montantes envolvidos, a aprovação da presente portaria de repartição de encargos.

Nestes termos, e em conformidade com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Saúde, o seguinte:

1 — Fica autorizado o conselho directivo da Administração Central do Sistema de Saúde, I. P., a iniciar procedimento de concurso público para aquisição de serviços de fraccionamento de plasma humano português, e consequente produção e distribuição aos hospitais de medicamentos derivados do plasma humano, dos quais se destacam os seguintes produtos:

- a) Albumina humana;
- b) Factor VIII;
- c) Imunoglobulina humana normal.

2 — A contratação dos serviços referidos no número anterior pode implicar uma despesa até ao montante máximo de € 24 000 000, a que acresce o IVA à taxa legal, não podendo, em cada ano, exceder as seguintes importâncias:

2009 — € 6 000 000, acrescido de IVA à taxa legal;